



área metropolitana do porto

AMP 2020

PACTO DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

CARACTERIZAÇÃO DO PACTO	3
SÍNTESE DA ANÁLISE E DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL	3
ANÁLISE SWOT	6
DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	7
ESTRATÉGIA	9
MODELO DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ATORES	11
VALOR ECONÓMICO E SOCIAL DA INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	12
MODELO DE ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA URBANO E DE ARTICULAÇÃO COM OS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL, E METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	13
PROGRAMA DE AÇÃO	16
REALIZAÇÃO	19
MODELO DE GOVERNAÇÃO	20
MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSSECUÇÃO DO PACTO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA	20
MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	21
ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADES DOS PARCEIROS	23

CARACTERIZAÇÃO DO PACTO

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

1. TIC

O estudo da U. MINHO sobre a “Presença na Internet das Câmaras Municipais” (2009) retrata o grau de maturidade da presença na Internet das Câmaras Municipais. A avaliação baseia-se numa escala com 4 níveis: N1 – presença simples na Internet apenas com publicação, N2 – possibilidade de descarregar formulários, N3 – possibilidade de carregar formulários e N4 – realização de pagamentos. Na AMP, 1 Município está no N1, 8 no N2, 6 no N3 e 2 no N4. Há ainda uma grande heterogeneidade na prestação de serviços, existindo uma grande disparidade no nível de maturidade dos serviços prestados. Assim, é necessário elevar o nível de maturidade dos serviços, mantendo espaço para a inovação e estimulando uma maior maturidade coletiva. Aliás, um dos problemas identificados reside na baixa colaboração entre as entidades públicas na oferta de serviços públicos digitais. Os SIG surgem como uma área com potencial para colaboração entre os municípios. Um levantamento recente evidencia uma grande heterogeneidade de situações, particularmente na cartografia, sistemas de referência, software SIG e dimensão das equipas. A atividade dos municípios está intimamente ligada à gestão do território e muitas das problemáticas associadas a esta gestão não estão condicionadas às fronteiras administrativas, potenciando a criação de serviços metropolitanos, intermunicipais ou uma estreita colaboração entre serviços municipais.

Na AMP reside 48% da população dos 16 aos 74 anos da RN, universo alvo no âmbito da utilização de serviços digitais. A baixa inclusão digital registada está intimamente associada a especificidades regionais, como as baixas qualificações, os baixos rendimentos, a pobreza e o envelhecimento.

2. Eficiência Energética e Renováveis

Os dados da DGEG) para O Norte de Portugal e para o ano de 2013 fazem um retrato da AMP.

O setor de atividade “administração pública e defesa, segurança social obrigatória” é responsável pela utilização de cerca de 55% da energia elétrica da RN. Ou seja, mais de metade da utilização da energia deste setor encontra-se concentrada num 1/5 dos Municípios da Região. Nas Autarquias, os estudos das Agências de Energia da AMP indicam um peso significativo dos edifícios na utilização total de energia (cerca de 1/3). Na iluminação pública, a AMP representa mais de 40% da RN, sendo que os custos energéticos constituem, em alguns casos, cerca de 50% nas despesas dos municípios.

Os setores de atividade “captação, tratamento e distribuição de água” e “recolha, drenagem e tratamento de águas residuais” são responsáveis pela utilização de cerca de 44% da energia elétrica deste setor para todos os municípios da RN.

3. Empregabilidade, Emprego e Empreendedorismo

Analisando os indicadores relacionados com os grupos-alvo das tipologias de ação definidas no ITI para a PI 9.1 (Trabalho Socialmente Necessário) verifica-se que, em 2014, eram 143411 as pessoas desempregadas nos municípios da AMP, inscritas nos centros de emprego da região, o que representa 53% dos desempregados da RN (RN). Destas pessoas 80265 eram desempregados de longa duração, correspondentes a 55% das pessoas na mesma situação na RN. Verifica-se também que residiam nos municípios da AMP 61263 desempregados beneficiários de Subsídio de Desemprego ou de Subsídio Social de Desemprego (54% da RN) e 65.27% do total de 123059 beneficiários do Rendimento Social de Inserção da RN (38% de todo o país). Na AMP encontram-se quase metade dos inativos em idade ativa (nem

empregadas nem desempregadas ente os 15-64 anos) e da população em idade ativa da RN (45 e 48%, respetivamente).

A problemática da violência doméstica, também contemplada na PI 9.1, é muito marcante na AMP: 55% dos crimes registados pelas polícias na RN ocorreram em municípios da AMP.

Analisando a atividade empresarial pode concluir-se que, em 2014, a AMP corresponde ao epíteto de “motor empresarial”: das 11268 sociedades constituídas na RN (cerca de 35% do País), 53% ocorreram na AMP. Porém na análise do rácio entre o nº de sociedades constituídas e as sociedades dissolvidas constata-se uma perda de 15% de empresas no conjunto dos municípios da AMP. Em termos de ofertas de emprego apura-se que na AMP foram apresentadas 3198 ofertas de emprego, 47% de toda a RN e 20% de todo o país. Esta “cultura de empreendedorismo” aliada à cultura inovação é fundamental para o sucesso dos programas/planos de apoio à criação de emprego preconizados.

4. Inclusão Social

Nos municípios da AMP, em média e para o ano de 2013, 17% dos seus residentes tinham 65 ou mais anos e o índice de envelhecimento era de 122%. O isolamento dos idosos constitui uma problemática central nos desafios do crescimento inclusivo pois verifica-se, para além de um aumento do nº de indivíduos a viver sós e com um envelhecimento desprotegido, o retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão (EIDT AMP, p.31). Acresce a isto, muitas das vezes, diversos problemas de insuficiência de rendimentos, situações de dificuldade no acesso a serviços e múltiplas formas de isolamento (PORNorte, p.12).

De facto, na RN havia, em 2011, perto de 110 mil pessoas com 65 ou mais anos a viverem sós, das quais mais de 85 mil eram mulheres (PORNorte, p.357). Este problema assume um peso ainda mais relevante na AMP do que em qualquer outro contexto territorial de referência: em 2011 eram 49904 os idosos isolados na AMP, representando 17% dos idosos, pesando em 46% dos idosos isolados da RN, e 13% relativamente ao País. Na AMP o índice de dependência de idosos, em 2011, situava-se em 23%, sendo de 25% em 2013 (cf. PORDATA). Finalmente verifica-se que são 316139 os beneficiários de Pensão de Velhice na AMP, um valor que representa 49% da RN e 16% no País.

5.Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar

O abandono escolar (19,8% na RN, não existe dados recentes para a AMP), as taxas de conclusão do Ensino Secundário (70% na AMP) e as taxas de escolarização do Ensino Secundário (77% na AMP) demonstram as debilidades do sistema metropolitano em matéria de educação. Na AMP residem 55% da população em idade escolar da RN. O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos veio exigir esforços acrescidos às políticas educativas, às escolas, aos professores e aos educadores em geral.

Na AMP a taxa real de escolarização do ensino secundário era, em 2013, de 81% (DGEEC/MEC), sendo a taxa de retenção e desistência de 21% e a taxa de conclusão, também no ensino secundário, de 70% (DGEEC/MEC). No que respeita às taxas de abandono precoce, no grupo etário 18-24 anos, os dados mais desagregados de que dispomos são os do Censos 2011. No Grande Porto a taxa é de 26% e de 28% no Entre Douro e Vouga, sendo ainda relevante a disparidade entre municípios (entre um mínimo de 23% e um valor máximo de 35%).

Nas taxas de transição/conclusão do ensino secundário verifica-se uma expressiva dispersão de resultados e uma grande disparidade nas taxas de conclusão (entre 61% e 79%), indiciando em qualquer dos percursos de aprendizagem, a necessidade de promover uma maior igualdade de oportunidades de sucesso escolar. Quanto à taxa real de escolarização segundo o

nível de educação/ensino, verifica-se igualmente uma grande dispersão de resultados, revelando fortes assimetrias entre os municípios, exprimindo a ineficácia do sistema de escolarização, seja por efeito do abandono escolar, seja pela retenção.

6. Riscos e Resistência às Catástrofes

A AMP tem uma diferenciação morfológica e rede hidrográfica que conjuntamente com a grande artificialização do solo propiciam *nuances* climáticas substantivas entre lugares pouco distantes. A isto conjuga-se a tendência positiva da temperatura muito expressiva na AMP, que não se manifesta, no quotidiano, exclusivamente por um aumento da temperatura, mas por um desarranjo sistémico plasmado num quadro de grande impulsividade (dias muito quentes ou muito frios, secura prolongada, precipitações intensas, etc.). Para além dos riscos que esta modificação no sistema climático tem acarretado e continuará a significar para a saúde pública, a nova impulsividade climática poderá aumentar a suscetibilidade aos fogos florestais, às cheias repentinas, sobretudo em espaços artificializados, e à erosão hídrica devido ao aumento de frequência de chuvas intensas que irão encontrar espaços cuja vegetação e solos foram delapidados por inúmeros fogos florestais. Neste contexto torna-se fundamental acautelar as condições de apoio aos riscos decorrentes das alterações climáticas (eventos extremos de frio e calor, inundações repentinas e cheias, secas severas, movimentos de vertente, incêndios florestais, erosão costeira, etc.) e implementar medidas de maior adaptação. Assim, é crucial dotar a proteção civil de mais e melhores meios de combate e prevenção.

7. Infraestruturas Agrícolas

Os sistemas agro-silvo-pastoris continuam a ter na AMP uma dimensão espacial elevada, em que as áreas agrícolas e agro-florestais e matos representam cerca de 22% da ocupação do solo. No entanto, entre os censos agrícolas (1999/2009) verificou-se uma redução do nº total de explorações agrícolas e da SAU, acompanhando a tendência nacional, e da dimensão da superfície total da exploração, mais acentuada na AMP do que no Continente (24% e 9% respetivamente). Regista-se aumento das áreas médias de SAU, que são mais elevadas na bacia leiteira primária do Noroeste. O peso relativo da população agrícola familiar na população total residente reduziu-se de 2,6 % para 1,5%, tendo ainda alguma expressão nos territórios a Sul da AMP.

Estes fenómenos aliados à fragmentação dos usos do solo, particularmente na envolvente da coroa metropolitana, conduziram a um processo de desruralização, de desvitalização do sector mas também a uma alteração do perfil produtivo. A coexistência da agricultura intensiva com áreas de baixa produtividade, o impacto negativo das alterações climáticas e dos processos de urbanização extensiva exigem de medidas de adaptação à produção agrícola e de preservação e qualificação da paisagem e dos recursos, como técnicas de irrigação, mudanças nos tipos de produções e promoção de uma agricultura de proximidade, densificando o verde urbano. Assim, é fundamental atuar ao nível dos regadios.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- A aposta e lançamento, a nível europeu e nacional, de programas de empreendedorismo social e de inovação social como forma de gerar alternativas face ao mercado tradicional;
- A continuidade de alguns instrumentos de política educativa que contribuem para a coesão social, como é o caso dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária;
- A relevância, no quadro da Estratégia Europa 2020, à coesão social e ao crescimento inclusivo como pilar de sustentabilidade;
- As estratégias europeias colocam a tónica na qualificação do miolo empresarial e nos incentivos à base económica e no reforço da utilização das TIC nos serviços públicos;
- A existência de diretivas europeias relativamente às alterações climáticas poderá gerar oportunidades no desenvolvimento de iniciativas de eficiência energética.

Principais Ameaças

- Forte concorrência das economias dos países em desenvolvimento ou emergentes comprometem a sobrevivência empresarial e o emprego;
- A predominância do assistencialismo enquanto prática reiterada de integração social, que limita e condiciona a adoção e implementação de abordagens de outra natureza;
- Os desajustamentos entre as orientações de política social europeia (Microcrédito e Progress) e a realidade efetiva da sua implementação em Portugal;
- A ausência de uma política nacional de educação e formação de adultos;
- A ineficácia das políticas de prevenção, acompanhamento e mitigação dos inúmeros riscos climáticos.

Principais Pontos Fortes

- Escala populacional relevante a nível nacional e regional, cuja dimensão permite ganhos de escala necessários para a implementação de políticas, ações e projetos;
- Relevante conhecimento e capacidade de intervenção presente no território da AMP, fruto da crescente qualificação e capacidade de trabalho em rede das instituições;
- Dinamismo de uma rede de atores e existência de iniciativas inovadoras de intervenção social, energética, TICs, educação, riscos, entre outras, passíveis de ser disseminadas;
- Existência de atores e programas de intervenção que associam a integração económica à integração social ou ambiental, designadamente no âmbito de iniciativas de economia social de pequena dimensão.

Principais Pontos Fracos

- Existência de uma crescente diminuição do peso relativo da população com menos de 15 anos e presença crescente de uma população fortemente envelhecida;
- Fortíssimas disparidades intrarregionais e intra-concelhias na AMP, em matéria de indicadores sociais que poderão comprometer a coesão interna;
- Forte diminuição do emprego e elevada expressão do desemprego de longa duração e do desemprego pouco escolarizado;
- Aumento do número de indivíduos a viver sós e conseqüente emergência de fenómenos de solidão e de envelhecimento desprotegido;.

- Retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão;
- Aumento acelerado da privação material das famílias, descobrindo fragilidades de sobrevivência face a despesas quotidianas;
- Elevado número de fogos florestais e a grande extensão de área ardida anualmente.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

A EIDT da AMP enuncia um conjunto de desafios. Este PACTO contribui sobretudo para os seguintes:

- Planear e gerir estrategicamente à escala metropolitana **Error! Bookmark not defined.**
- Cooperar e valorizar redes e parcerias
- Reduzir o desemprego e promover a empregabilidade
- Promover o sucesso escolar e a aprendizagem ao longo da vida
- Reduzir a população excluída e em situação de pobreza material
- Diminuir a vulnerabilidade aos riscos climáticos
- Reduzir a enorme dependência energética

Os Fatores Críticos que condiciona o desenvolvimento e que vamos ter que assegurar para atingir os objetivos são os seguintes:

- Aprofundar a avaliação da intensidade dos problemas e promover a *clusterização*, destes
- Reforçar a *clusterização* da intervenção, focando as iniciativas em torno de grandes projetos âncora, fomentando a complementaridades e as sinergias.
- Promover a colaboração e a troca de experiências entre técnicos de vários municípios e instituições parceiras, proporcionando desta forma um campo fértil para a valorização da intervenção.
- Criar atividades de natureza transversal onde se promovam as boas práticas, realizando *benchmarking*, inovando e criando novas iniciativas.
- Ponderar os Custos face aos Benefícios para priorizar as intervenções e desta forma promover uma maior eficácia e eficiência do Pacto

Especificando por eixo de intervenção, nas TIC, o desafio e os fatores críticos assentam na necessidade de dinamizar a procura de serviços públicos digitais, a utilização de dados abertos e a participação digital cidadã. Existe uma grande heterogeneidade na prestação de serviços públicos digitais e uma baixa colaboração entre as diversas entidades públicas, que é necessário contrariar. Dada a fraca dimensão dos recursos financeiros é fundamental reforçar os projetos intermunicipais.

De forma a melhorar a **eficiência energética** é necessário realizar auditorias energéticas, para determinar com mais rigor as intervenções prioritárias, indo de encontro às metas previstas no âmbito do PDCT. Nesse sentido, as intervenções vão ser priorizadas pela sua capacidade para o cumprimento das metas regionais do PO.

No **empreendedorismo e empregabilidade**, a intervenção deve atender a uma multiplicidade de problemas decorrentes da passagem de uma economia fordista para uma pós-fordista, o que significa: por lado, responder às necessidades de uma nova economia, por outro, resolver as consequência dos problemas decorrentes da reestruturação da “velha” economia. Isto significa que a intervenção tem de ser mais intensiva e mais adequada à dimensão e diversidade dos problemas.

Na **inclusão social**, é fundamental assumir que as assimetrias económicas, sociais e territoriais necessitam de respostas diferenciadas. Assim, a escassez de recursos deve ditar uma lógica de intervenção atenta ao local que mobilize competências técnicas e políticas presentes nos territórios, que valorize a concertação de ações, o trabalho em rede, a inovação nos processos e nas respostas, as apostas na qualificação e competências e o empreendedorismo social.

Na prevenção **do abandono precoce e promoção do sucesso escolar**, é necessário implementar uma abordagem compósita, multidimensional e articulada com um enfoque específico nos primeiros anos de escolarização, com o envolvimento da escola, das famílias e da comunidade. É fundamental constituir equipas multidisciplinares e apostar em lideranças transformacionais focadas na promoção das aprendizagens.

Estratégia

A EIDT AMP 2020 apresenta 11 objetivos temáticos e 46 objetivos específicos. O PDCT concorre para um conjunto selecionado de objetivos. Os objetivos temáticos e específicos da EIDT enquadráveis no PDCT são os seguintes:

Objetivo 2. Melhorar o acesso às TIC

Este objetivo pretende promover a utilização de TICs como tecnologias capacitadoras do conhecimento e da inovação, em todos os sectores da atividade empresarial, em especial nas PME, e reforçar o uso de soluções avançadas de TICs na administração autárquica, nos transportes, no ensino e na autoaprendizagem e no turismo. Visa também assegurar uma cobertura generalizada de banda larga de alta qualidade e o acesso dos serviços gerais a todos, combatendo a infoexclusão. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE2.1 Reforçar a oferta de serviços públicos locais digitais para uma Administração Autárquica mais competitiva, transparente, eficiente e com capacidade de inovação local

OE2.2 Promover a utilização de soluções avançadas de TICs nos setores relevantes para o desenvolvimento e coesão territorial

Objetivo 3. Reforçar a competitividade das PME

Este objetivo visa dotar o tecido empresarial da região, em particular as PME (de sectores instalados e emergentes) com uma maior capacidade de inserção nas redes multiescalares de produção e absorção de conhecimento, um melhor desempenho e ascensão nas cadeias de valor em que estão inseridas e as características transformativas que lhes permitam evoluir e mudar o tecido empresarial em que eles próprios se situam. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE3.1. Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para o conhecimento, inovação e empreendedorismo, reforçando os processos suportados em redes multiescalares;

Objetivo 4. Transitar para uma economia de baixo teor de carbono

OE4.1. Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera

Objetivo 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção aos riscos

Este objetivo pretende evidenciar uma trajetória mais adequada para a AMP, centrando a atenção, duplamente, no clima e na vulnerabilidade, procurando construir uma sociedade mais prevenida e adaptada, que saiba conviver melhor e mais saudavelmente com quadros de grande incerteza, grande conflitualidade e desigualdade, e, em constante mudança. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE5.4 . Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos

Objetivo 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

Este objetivo visa intervir no âmbito do emprego na AMP, enquadrando objetivos relativos à empregabilidade e à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, ao aumento da mobilidade enquanto fator gerador de empregabilidade, à qualificação das políticas ativas de emprego, ao apoio ao autoemprego, ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial e o desenvolvimento de competências junto do tecido empregador. O propósito é o aumento do emprego, incentivando a inovação nas metodologias de intervenção orientadas para a criação

de emprego e inserção profissional, a segmentação de ações e projetos em função dos contextos e públicos, a valorização da iniciativa e do empreendedorismo e o apoio à construção de respostas socialmente relevantes. Numa perspetiva de inclusão, o foco deve ser colocado na população mais vulnerável bem como na inclusão da diferença (população com incapacidade, minorias étnicas, etc.). Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através dos seguintes objetivos específicos:

OE8.1. Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão

OE8.2. Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos candidatos a emprego, desempregados de longa duração e inativos

OE8.3. Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social

OE8.5. Apoiar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas da AMP, a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial

Objetivo 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Este objetivo assenta numa visão holística da inclusão social. Neste contexto, integra 5 objetivos específicos que preconizam, para a AMP, estratégias coordenadas de desenvolvimento de base local, e comunitária, como alavancas de consecução de patamares mais elevados de qualidade de vida e de combate à exclusão. Veicula, ainda, na diversidade urbana e rural da AMP, uma valorização de espaços, recursos, equipamentos e oportunidades à escala metropolitana, capazes de atuar junto das populações mais vulneráveis (idosos isolados, idosos desprotegidos, população pouco escolarizada ou qualificada, população com incapacidade, jovens socialmente vulneráveis, população residente em espaços segregados, etc.), e contribuir para inverter processos de privação material e de exclusão social.

OE9.1. Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social

OE9.4. Planear e reconfigurar os espaços segregados das cidades da AMP, através da valorização comunitária das diferenças e dos recursos específicos das populações, numa lógica de qualidade de vida

Objetivo 10. Investir na educação, na formação e na formação profissional

Este objetivo centra-se na educação, formação e qualificação a participação cívica, o aumento dos níveis de qualificação da população metropolitana, a empregabilidade e a aquisição de competências, e, em síntese, para o desenvolvimento, e consolidação, de estratégias de aprendizagem ao longo da vida. Estão aqui enquadrados 5 objetivos específicos que assumem particular relevância e que preconizam uma estratégia territorializada de redução do abandono e do insucesso escolar, das condições de acesso ao sistema educativo, de desenvolvimento de competências e níveis de qualificação, da valorização e estruturação das ofertas educativas e da qualificação da rede de equipamentos. Este objetivo temático concretiza-se no PDCT, através sobretudo dos seguintes objetivos específicos:

OE10.1 Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação

OE10.2. Desenvolver competências e aumentar os níveis de qualificação da população ativa adulta, empregada e desempregada, da AMP

OE10.3. Aumentar a relevância das ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, nomeadamente no que respeita à sua organização e conteúdos, e promover a inovação nas metodologias de ação territorial

Tendo em consideração a visão apresentada na EIDT e os objetivos específicos do PDCT AMP 2020, a vocação específica da AMP deve dirigir-se no sentido de contribuir para a construção de:

- Uma Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.
- Uma Metrópole saudável, atrativa e eficiente, que pela sua posição geográfica, dimensão natural e ambiental, afirma-se enquanto espaço que promove a eficiência energética, a prevenção dos riscos e das catástrofes e o reforço da qualidade de vida.

Modelo de participação ativa dos atores

Ab initio, a participação e o envolvimento dos atores constitui uma condição de sucesso da execução e implementação do PDCT. Assim, durante a sua construção ocorreu, ao nível da AMP um vivo debate visando, em primeira instância, a montagem de projetos, verdadeiramente, intermunicipais que prosseguem objetivos, também, intermunicipais. Foram, assim, levadas a cabo reuniões de nível político, de âmbito geral, e técnico, de carácter temático. Este debate envolveu, não apenas os membros dos executivos municipais (presidentes e vereadores) mas também os técnicos dos municípios e da própria AMP. Em função da prioridade de investimento foram também envolvidas, através de reuniões bilaterais ou multilaterais, outras entidades e atores regionais, nomeadamente o IIEFP, a Direção Regional de Agricultura do Norte, a DGEST, a Direção Regional da Cultura. É ainda de referir as reuniões realizadas pelo INESC TEC no âmbito do projeto dos SIG.

O esforço de análise, de participação e de congregação de vontades foi igualmente sentido no contexto do Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico e do Conselho Metropolitano, tendo-se realizado várias reuniões entre Março e Maio.

Nas diversas fases da implementação do PDCT da AMP, desde a identificação, planeamento e execução das intervenções prioritárias até ao sistema de avaliação e monitorização será, também privilegiada uma ampla participação e auscultação dos atores chave. Para o efeito serão aplicados vários modelos de participação em função dos objetivos e da natureza das questões.

Para cada área de intervenção prioritária à escala intermunicipal será levado a cabo um exercício de participação e de envolvimento nos contextos do Conselho Metropolitano, do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, e quer das Redes Metropolitanas Temáticas (que enquadram os respetivos Vereadores Municipais e outros agentes).

Relativamente à participação e envolvimento dos diversos atores locais e regionais, públicos e privados envolvidos, nas áreas prioritárias em que incide o PDCT a auscultação, o envolvimento e a participação dos atores serão assegurados ao nível da Plataforma de Cooperação Institucional que integra o Modelo de Governação abaixo descrito.

Num âmbito mais alargado, as metodologias a utilizar incluem a utilização das TIC, designadamente das plataformas web e da internet como meios privilegiados de participação dos cidadãos e das empresas.

O papel que a AMP é chamada a desempenhar na execução do PDCT, relativamente a áreas que tradicionalmente não fazem parte do núcleo central da atividade municipal, como por exemplo o apoio às empresas e à criação do próprio emprego, constituem desafios que impõem também novas metodologias de comunicação e de participação.

Valor económico e social da intervenção estratégica

O valor económico e social das intervenções estratégicas manifesta-se de diferentes formas em função das áreas de intervenção.

Nas TIC, o PDCT pretende resolver os problemas de coesão digital originados pela heterogeneidade na oferta dos serviços. Vai melhorar os níveis de serviços digitais das autarquias e dinamizar a adesão dos cidadãos aos serviços on-line contribuindo desta forma para promover as competências digitais. Simultaneamente vai dar espaço para a inovação e fomentar a capacitação municipal, através da colaboração entre os municípios, a troca de boas práticas e a criação de novos serviços de natureza municipal e intermunicipal.

Na Eficiência Energética, o objetivo central é a redução da utilização de energia e consequentes emissões de CO₂, sempre na ótica da aplicação dos investimentos. A AMP aposta na iluminação e nos edifícios públicos, focando-se em infraestruturas com uma intensidade de uso de energia com quantitativos muito relevantes, e desta forma garantindo uma maior eficiência económica do investimento. A intervenção vai contribuir para aumentar a eficiência energética das infraestruturas da Administração Local e a racionalização dos consumos, bem como induzir a alteração dos comportamentos dos cidadãos.

No Empreendedorismo e Empregabilidade a estratégia traduz-se no combate ao desemprego e no apoio à criação de autoemprego. Haverá impactos económicos, induzidos pelo reforço da inovação, da qualificação e diversificação empresarial. Os impactos sociais podem traduzir-se na elevação dos rendimentos individuais e na qualidade de vida.

As intervenções estratégicas para a Inclusão Social traduzem-se no combate à pobreza e à discriminação, sobretudo com ações de inclusão ativa através da cultura e das artes e da promoção de competências, recursos e condições de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à qualidade de vida, de públicos social e economicamente mais vulneráveis. Esta intervenção tem impactos sociais evidentes.

Em matéria de abandono e sucesso escolar, o valor social e económico é manifesto. Apostar nos níveis de escolaridade da população mais jovem é um investimento para o futuro, dos indivíduos e das comunidades. Em termos individuais, vários estudos demonstram que há uma forte correlação entre os níveis de escolaridade e os níveis de qualidade de vida das populações. Em termos económicos, os efeitos indutores da escolaridade no desenvolvimento também já estão provados cientificamente.

Quanto aos Riscos e resistência às catástrofes, as intervenções focam-se no combate aos incêndios e nos meios de emergência. Havendo na AMP elevados valores patrimoniais (naturais e edificados), a prevenção dos riscos tem impactos económicos e sociais visíveis.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável

1. Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal

O reforço do sistema urbano deve sustentar-se numa aposta no policentrismo, seguindo as orientações do PROT da RN. Dar resposta aos objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade da região passa por uma aposta na atratividade e na qualidade de vida urbana, reforçando as especificidades e a cooperação interurbana. Na metrópole do Porto, a promoção do policentrismo deve assentar no aprofundamento dos relacionamentos entre áreas urbanas, tendo em vista a promoção de complementaridades entre as estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade.

Neste âmbito, a prestação de serviços públicos é também central. Dever-se-á promover a coordenação de políticas sectoriais (ambiente, educação, economia, habitação, apoio social, transportes, energia, etc.) enquanto veículo para a criação de políticas territorializadas tendo em vista ganhos de eficácia e eficiência. Em termos de oferta de funções urbanas, o diagnóstico realizado pelo PROT-Norte e a sua atualização pela AMP, demonstra que existe um sistema urbano polinucleado, com uma oferta urbana hierarquizada. Os níveis e a qualidade dos serviços, nomeadamente os públicos, têm níveis de oferta muito heterogénea, sobretudo tendo em consideração as necessidades atuais e os desafios futuros, nomeadamente em matéria de envelhecimento demográfico, alterações climáticas e necessidade de estimular o desenvolvimento de cidades mais saudáveis.

A AMP tem vindo a promover um processo de cooperação assente numa participação cada vez mais ativa dos diferentes atores em torno dos recursos e das estratégias territoriais. Seguindo o PROT, a EIDT aposta na qualificação da Aglomeração Urbana do Porto (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia), através da densificação, da multifuncionalidade e da valorização urbana, contrariando a fragmentação social e económica intra-urbana (centro do Porto, Campanhã, parte Ocidental-Oriental, Bairros Sociais, entre outras).

Na coroa metropolitana, a EIDT (segundo o PROT e o PNPOT) promove a densificação dos centros urbanos, contrariando a dispersão e a lapidação de recursos naturais. Isto passa pelo reforço das especificidades urbanas periféricas (Vila do Conde-Póvoa do Varzim, Trofa-Santo Tirso, Paredes, Arouca, Vale de Cambra, Santa Maria da Feira-S.João da Madeira-Oliveira de Azeméis e Espinho) e pela identificação de estratégias comuns em função de geometrias variáveis urbanas (norte, oriente e sul da AMP).

Na EIDT evidenciam-se diferentes problemáticas urbanas que sustentam a necessidade de configurar intervenções integradas e diversificadas em função dos problemas e desafios. A AMP procura incentivar modelos urbanos mais adaptados ao envelhecimento demográfico, aos efeitos adversos das alterações climáticas, e à necessidade de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar. Recomenda-se a realização de ações no âmbito do urbanismo que contribuam para a redução das emissões de carbono, melhorem o ambiente urbano, promovam a mobilidade urbana sustentável, reforcem a requalificação patrimonial e cultural e promovam a inclusão social. Assim, a AMP está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento urbano, procurando assumir-se como uma plataforma de racionalização de

iniciativas e de identificação de problemas e estratégias, fomentando a *clusterização* das intervenções e o *benchmarking*, reforçando o conhecimento e as sinergias intermunicipais e promover a capacitação e a inovação para a intervenção urbana.

2. Plano Integrado de Mobilidade Sustentável para a AMP

O Plano Integrado de Mobilidade Sustentável (PIMS) deve ser um instrumento que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade, definindo um conjunto de ações que contribuam para a implementação de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico, indutor de uma maior coesão social e orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética.

A. Metodologia

A Elaboração do PIMS compreende várias etapas:

1 Diagnóstico

Principais temas a incluir: Zonamento, Ocupação do Território, Padrões de Mobilidade, Modos Suaves, Acessibilidade em Transporte Coletivo, Serviço de Táxis, Interfaces, Transportes Públicos Flexíveis, Acessibilidade em Transporte Individual, Estacionamento, Logística Urbana, Qualidade do Ambiente Urbano, Segurança Rodoviária, Conta pública e Síntese Global.

2 Construção de Cenários e identificação da Estratégia

São definidas as orientações estratégicas que constituirão a base para a definição de propostas e que devem responder aos desafios identificados em sede de diagnóstico, às dinâmicas de mobilidade e aos cenários contrastados que devem refletir as incertezas das principais variáveis que influenciam a mobilidade. Os cenários devem dar robustez às propostas face às possibilidades alternativas de futuro.

Considerando a complexidade do sistema, a formulação de propostas deve desenvolver um projeto intermodal que assuma um conjunto coeso de soluções, implementando uma estratégia de mobilidade, tendo em consideração os diferentes subsistemas de transporte e as respetivas sinergias com o ordenamento do território e o ambiente.

3 Desenvolvimento do Programa de Ação e Sistema de Monitorização

O Programa de Ação deve ser transposto num documento que contenha informação quanto a: descrição das medidas, ações a desenvolver, custo, financiamento, horizonte temporal, responsabilidade. Deverá ser montado um sistema de monitorização, identificando os momentos de avaliação e monitorização e as componentes de divulgação.

B. Acompanhamento e avaliação

O Conselho Metropolitano de Vereadores de Mobilidade (CMVM) definirá os princípios e as orientações globais, acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos e validará as conclusões em cada fase de elaboração do Plano. Competirá ao CMVM a definição do modelo de participação e a identificação dos parceiros a envolver.

A metodologia que a AMP define para garantir uma abordagem participativa, passa pela identificação dos parceiros para acompanhar a elaboração do Plano e prevê a criação de equipas municipais. A consolidação da informação fica a cargo de uma equipa intermunicipal constituída por elementos escolhidos pelos Municípios.

A construção de cenários e a definição da estratégia devem ser amplamente debatidas, uma vez que a aceitação da estratégia é um dos fatores críticos para o sucesso da implementação do Plano.

Na fase de desenvolvimento do Programa de Ação, a equipa intermunicipal avaliará as propostas e conclusões dos trabalhos das equipas municipais sobre os diversos temas. O Plano de Ação será apresentado ao CMVM para validação e definição do plano de divulgação. O Plano será objeto de Aprovação no Conselho Metropolitano do Porto.

Programa de Ação

A metodologia seguida na construção do Programa de Ação visou, à partida, garantir a sua coerência com a Estratégia de Desenvolvimento Territorial AMP 2020, oportunamente aprovada no contexto do Aviso de Seleção e Reconhecimento das Estratégias Integradas de desenvolvimento Territorial.

Num primeiro momento, foi realizado um exercício de concretização das linhas de ação consagradas na EIDT para cada Prioridade de Investimento, agora no contexto da preparação do Programa de Ação do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e ao nível municipal e metropolitano. Esse exercício resultou na elaboração por parte dos Municípios da Área Metropolitana do Porto de um conjunto alargado de fichas de projeto relativamente a cada Eixo de intervenção, contendo intenções de investimento. Esta informação depois de devidamente tratada e de discutida no contexto metropolitano, ao nível técnico e político, resultou na formatação projetos âncora que densificam cada um dos Eixos do Programa de Ação.

A partir da estrutura do Programa de Ação encontrada desta forma, e em torno de cada prioridade de investimento foram construídos projetos que agrupam, organizam e planeiam investimento de iniciativa municipal e metropolitana bem como de outras instituições presentes nestas áreas de intervenção..

Não obstante a experiência de cooperação metropolitana desenvolvida no período anterior de programação anterior com a contratualização de um conjunto alargado de investimentos de iniciativa municipal, colocam-se com o Portugal 2020 e, conseqüentemente, com esta proposta de Pacto de Desenvolvimento e Coesão territorial novos desafios. Por um lado, verifica-se o alargamento da ação municipal e intermunicipal a áreas não tradicionais, designadamente no que respeita ao apoio à criação do próprio emprego bem como o desenvolvimento económico através de incentivos ao investimento de carácter empresarial. Por outro lado, alarga-se a cooperação e a ação conjunta entre as autarquias e entidades intermunicipais e outros agentes relevantes, de carácter público e privado, de natureza não autárquica, como por exemplo os centros de conhecimento e as empresas, cujo envolvimento em função cada área de intervenção é determinante. Por último, é claro um redireccionamento para ações de carácter imaterial em detrimento das ações infraestruturais, agora muito condicionadas.

O alinhamento estratégico do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial com o Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020 e com a Estratégia Integrada de desenvolvimento Territorial foram, como acima se demonstra, imperativos assumidos pela AMP.

Conseqüentemente, objetivo estratégico, transversal a todos os Eixos do presente Programa de Ação e de Investimentos reveste natureza instrumental na medida em que se propõe aprofundar a cooperação intermunicipal, metropolitana e interinstitucional na AMP, de forma a explorar os ganhos de eficiência decorrentes da ação coletiva em prol dos Crescimentos Sustentável e Inclusivo em linha com a política de coesão da União Europeia.

O imperativo da coerência com a EIDT leva por outro lado a recorrer aos Objetivos Específicos naquele documento identificados.

Expõe-se abaixo a estrutura do programa de Ação definido para cada Eixo de Intervenção os respetivos Objetivos Específicos definidos em sede de EIDT, ficando assim patente o desejável alinhamento estratégico da proposta de pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial AMP 2020.

EIXO 1. TIC

Objetivo Específicos: Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da Administração Local, procurando acréscimos de eficiência e favorecendo a dimensão metropolitana;

Projeto âncora:

1.1 Autarquia Digital Metropolitana

1.2 SIG Intermunicipal

1.3 MetrÓpole Digital

EIXO 2. Eficiência Energética

Objetivo Específicos: (i) Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar de espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera; (ii) Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas;

Projeto âncora:

2.1 Intervenções em Edifícios Públicos

2.2 Iluminação Pública

Eixo 3. Empreendedorismo e Empregabilidade

Objetivo Específicos: (i) Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão; (ii) Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social.

Projeto âncora:

3.1 Investe Jovem

3.2 Invest+

3.3 Microinvest

3.4 AMP Empreende

3.5 AMP Investe

EIXO 4. Inclusão Social

Objetivo Específicos: (i) Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social; (ii) Qualificar e apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento social, de saúde e bem-estar, e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP

Projeto âncora:

4.1.1 Pacto para Empregabilidade AMP 2020

4.1.2 Rede Metropolitana de ULA +

4.1.3 Apoio à Contratação para Trabalho Socialmente Necessário

4.2. INCULTURAR-te

4.3. Voluntariado Estratégico e Integrado na AMP

4.4 Valor +Sénior

4.4 Valor +Sénior

4.5 Equipamentos Sociais

EIXO 5. Educação

Objetivo Específicos: (i) Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições (sociais, económicas, culturais, institucionais, etc.) que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação; (ii) Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional e de educação pré-escolar, básica, secundária e promover a eficiência na sua gestão, ao nível municipal e metropolitano.

Projeto âncora:

5.1 Comunidades Educativas, Inserção Territorial e aprendizagem

5.2 Condições para o Sucesso: Diagnóstico e Intervenção Precoce Projeto âncora:

5.3 Desenvolvimento Pessoal, Inteligência Emocional e Empreendedorismo

5.4 Diferenciar e Inovar para Aprender

5.5 Equipamentos Escolares

EIXO 6. Riscos e Resistência às Catástrofes

Objetivo Específicos: Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos;

Projeto âncora: 6.1 Combate Incêndios e Meios de Emergência

EIXO 7. Infraestruturas Agrícolas

Objetivo Específicos: Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas;

Projeto âncora: 7.1 Regadios

Realização

A avaliação tem um papel importante, na medida em que confere legitimidade e credibilidade numa lógica de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), ou seja, permitindo uma avaliação da eficácia do plano. Além disso, a avaliação contribui para melhorar as práticas e auxilia as tomadas de decisões, monitorizando e acompanhando as intervenções, avaliando os resultados e, conseqüentemente, dando indicações sobre o desempenho das atividades, de forma a fornecer informações que permitam ajustamentos, num processo de aprendizagem contínua.

Neste contexto, o exercício de monitorizar é encarado como um sistema dinâmico e em permanente atualização, capaz de receber e recolher a informação, estruturar e articular indicadores (devidamente selecionados e justificados), analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas ações quer nos próprios objetivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem.

Assim, a construção do *sistema de monitorização e avaliação* territorial do PDCT AMP 2020 tendo em consideração dois objetivos:

1. *Apoiar e informar a **gestão**, constituindo-se como um elemento do processo de tomada de decisão, seja ao nível da condução de políticas e planos seja ao nível do posicionamento da AMP face a espaços mais alargados.*
2. *Envolver e **responsabilizar atores e instituições** em torno de objetivos partilhados de desenvolvimento de um território.*

O sistema de informação e monitorização dará informações sobre a evolução da realidade metropolitana relativamente aos resultados que o PDCT se propõe atingir. Este sistema de informação e monitorização informará os atores e instituições de forma a promover o seu envolvimento e responsabilização nos processos de desenvolvimento que se quer incentivar. Assim, tem também de fornecer informação sobre os processos de intervenção em curso, nomeadamente os projetos financiados e orientados pelos objetivos da Política Europeia.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

Em coerência com o Acordo de Parceria que atribui a liderança e a iniciativa às entidades intermunicipais, o modelo de gestão consagra essa solução e prevê um modelo institucional baseado nos órgãos próprios da AMP, designadamente o Conselho Metropolitano e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano.

1. Como órgão de topo surge o **Conselho Metropolitano** de que fazem parte todos os Presidentes das CM. Trata-se do órgão máximo da parceria a quem competirá decidir, em última instância, sobre as matérias relevantes do ponto de vista estratégico e operacional. Competirá, ainda a este órgão a representação externa da parceria junto das instâncias regionais, nacionais e europeias.

2. Por seu turno, o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano (CEDM)**, órgão próprio da AMP, tem natureza consultiva e é constituído por representantes das instituições, entidades, e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses municipais. A ação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, não obstante manter a natureza consultiva apresenta grande relevância na medida em que vai assegurar o acompanhamento e a monitorização estratégica ao longo de todo o período de execução do PDCT.

3. Em termos operacionais, a **Comissão Executiva da AMP** é responsável pela supervisão geral da implementação das iniciativas do PDCT, garantindo a respetiva articulação e coerência, com demais intervenções da AMP, assumindo a interlocução com o Conselho Metropolitano e a articulação entre a equipa da AMP e dos municípios.

4. O Modelo de Governação prevê, ainda, um órgão de carácter operacional, o **Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico AMP 2020** que assegurou o acompanhamento do processo de elaboração do PDCT. Propõe-se que continue a assumir um papel fundamental no planeamento, articulação, integração e operacionalização da Estratégia e do Plano de Ação. Este Conselho ocupa uma posição central no processo, assumindo, entre outras, as seguintes tarefas:

- Acompanhamento e validação do processo de elaboração da proposta do PDCT, designadamente, assegurando a interação entre a AMP e os Municípios, designadamente através do envolvimento dos diferentes serviços municipais chamados a intervir no processo
- Organização e coordenação da Parceria e da Plataforma de Cooperação Institucional bem como a dinamização das Redes Metropolitanas temáticas que a compõem
- Ativação e dinamização das iniciativas coletivas e individuais previstas
- Acompanhamento, monitorização e avaliação da adequada execução das principais iniciativas e projetos previstos e a obtenção dos resultados previstos
- Propor ao Conselho Metropolitano ajustamentos e reorientações no PDCT
- Promoção de ações de comunicação, de divulgação e de reflexão em torno do desenvolvimento regional
- Estimular a participação dos cidadãos e a cidadania ativa.

O Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico AMP 2020 reúne ordinariamente com uma frequência mensal e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Comissão Executiva da AMP, para o efeito.

4. As **Redes Metropolitanas** temáticas são constituídas pelos:

- Conselhos Metropolitanos de Vereadores, da respectiva área temática;
- Parcerias Metropolitanas - compostas pelos agentes relevantes, de natureza pública ou privada, institucional ou empresarial, em cada área temática. Para o PDCT, algumas redes metropolitanas temáticas serão fundamentais.
- Integram as Redes Metropolitanas temáticas os Conselhos Metropolitanos de Vereadores respetivos (Educação; Inclusão; Ambiente, Energia, Alterações Climáticas e Riscos; Qualificação e Empregabilidade). A dinamização de cada uma das redes temáticas deverá ser assegurada através da designação de uma coordenação a quem competirá a iniciativa, a animação e a criação de condições para a circulação de informação entre todos os parceiros, de forma a apoiar a implementação das ações.

5. **Estrutura de Suporte Técnico** - A coordenação, execução, comunicação, monitorização e avaliação da execução do PDCT tem como condição de base a existência de uma Estrutura Técnica de Suporte dotada dos recursos humanos e materiais adequados. Assim, prevê-se o acolhimento na AMP de uma unidade de apoio técnico, sob a responsabilidade direta do Comissão Executiva que contemple as seguintes áreas aos quais serão afetos os recursos (internos e consultores) :

- Gestor do PDCT - 1 Técnico Superior
- Administrativa e Financeira -1 Técnico Superiores ;
- Planeamento e Desenvolvimento - 3 Técnicos Superiores;
- Animação , comunicação e atendimento; - 1 Técnico Superior
- Monitorização e avaliação (assessorias externas).

Esta Estrutura de Apoio Técnico contará com uma extensão que assegure a proximidade com os Municípios do Entre Douro e Vouga a qual será acolhida pela Associação de Municípios do Entre Douro e Vouga.

Por outro lado, a AMP continuará, à imagem do que se passou no âmbito da contratualização no período de programação anterior, o recurso às competências técnicas da PRIMUS.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A organização de um sistema de informação e monitorização (SIMP) vai ser organizado em função:

- dos objetivos identificados na estratégia da EIDT/Pacto, tendo em vista a avaliação da **eficiência do Plano** (resultados atingidos em função dos objetivos);
- do plano de ação (inclui os meios financeiros), tendo em vista a avaliação da **eficácia do Plano** (resultados atingidos em função dos meios financeiros mobilizados) e o **impacto do Plano** (efeitos atingidos em função do Plano de Ação).

O sistema de indicadores de realização e de resultados foi discutido no âmbito do processo de governação deste Pacto, pois as metas atingir correspondem a níveis de responsabilização das instituições envolvidas na sua execução.

Face à lista de indicadores do Plano Regional da RN, a AMP identificou o seu contributo para as metas regionais, avaliando as dimensões do problema e assumindo níveis de responsabilidade proporcionais, e tendo em consideração a sua capacidade institucional de implementação.

O sistema de informação e monitorização do PDCT AMP 2020 está organizado por eixos de intervenção. Foram identificados os indicadores-chave (de realização e de resultados), e definidas as Metas para 2018 e 2023. Além disso, foram avaliadas as informações oficiais disponíveis e as necessidades de levantamentos específicos. O sistema de informação e monitorização para o PDCT vai ser coordenado e gerido a partir da AMP, com pontos de acesso e entrada de informação nas Câmaras Municipais e outras instituições parceiras.

Nas TIC, o Sistema de avaliação e de monitorização irá basear-se nos indicadores propostos para o P2020 e OT2.3. O Indicador de Realização será facilmente contabilizado segundo o número de Municípios intervencionados (17). O Indicador de Resultados associado à oferta será medido através do estudo regularmente promovido pela Universidade do Minho sobre a Presença na Internet das Câmaras Municipais. Quanto ao Indicador de Resultados associado à procura, deverão ser usados os dados do INE, mas é necessário assegurar que passem a ter granularidade Municipal e Metropolitana. Dado este ser um problema nacional, deverá ser equacionado este problema pelas entidades regionais/nacionais, junto do INE.

O acompanhamento da execução dos projetos e da evolução destes indicadores será assegurada pela criação de um sistema de monitorização para o efeito.

Na Eficiência Energética, a avaliação da redução da utilização de energia nos edifícios, proposta nos indicadores de realização e resultados será efetuada através de Auditorias energéticas, antes e após as intervenções nos edifícios públicos e na iluminação pública, que permitirão fazer a comparação entres as condições de utilização de energia. A diferença entre os valores da auditoria inicial e final refletem a contribuição efetiva da intervenção para a meta de Realização. As auditorias irão disponibilizar dados para a análise do cumprimento das medidas preconizadas em sede de candidatura bem como o aumento da eficiência na utilização de energia nos edifícios existentes. Conjuntamente será feita uma avaliação dos projetos de intervenção propostos, tornando possível, pela análise projeto prévio e/ou Certificado Energético, fazer uma estimativa do impacto expectável da intervenção na utilização de energia no edifício. Caso se verifique que a intervenção não contribui como esperado para os indicadores de realização e resultado, o projeto deverá ser substituído ou obrigatoriamente revisto sob pena de não ser financiado. As Agências de Energia terão um papel central no acompanhamento e avaliação.

No Empreendedorismo e Empregabilidade e na Inclusão Social está previsto o desenvolvimento de um sistema metropolitano de monitorização e de avaliação que inclui uma Plataforma Digital que terá acesso faseado, recolha padronizada e tratamentos de informação das ações realizadas. No Referencial Estratégico para a Ação Social Metropolitana são definidas as componentes deste sistema, designado de Monitor Social Metropolitano. Serão transpostas para este sistema as orientações da UE através do “European Programme for Employment and Social Innovation, 2014-2020” relativamente à inovação no desenvolvimento e implementação de políticas sociais, nomeadamente as do GECES relativas às metodologias de medição do impacto social.

Na Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar as ações serão monitorizadas e avaliadas a dois níveis -municipal e metropolitano, através de uma estrutura de acompanhamento dos projetos adotados e da utilização de metodologias e instrumentos de recolha e análise de informação e produção de relatórios de autoavaliação. Desta forma será garantido o cumprimento das metas estabelecidas. A equipa de monitorização trabalhará em interação com a equipa de projeto.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Quanto às entidades parceiras foram selecionadas de acordo com o seu contributo estratégico para o PDCT.

Para o eixo de intervenção das TIC's, da eficiência energética, da inclusão social e da educação as entidades promotoras dos projetos serão a AMP e as Câmaras Municipais. Contam contudo aqui com um apoio técnico de proximidade especializado prestado pelas duas agências de energia existentes no território: a Agência de Energia do Porto e a ENERGAIA.

Para a o Eixo da Empregabilidade e Empreendedorismo, Prioridade de Investimento 8.3 o IEFOP assume o papel de promotor e de beneficiário final.

Na Prioridade 8.8 referente também ao Eixo 3 as entidades a envolver serão os GAL Costeiros e Rurais existentes no território da AMP, especialmente no que se refere à articulação entre os sistemas de incentivos às empresas. Ainda neste âmbito, as associações empresariais serão chamadas a desenvolver um papel relevante em matéria de divulgação e de sensibilização no acesso aos sistemas de incentivos por parte das empresas.

Quanto à inclusão social, os promotores são os Municípios e a própria AMP, as quais irão desenvolver diferentes ações com diversificados atores locais, (IPSS, juntas de freguesia, associações locais, associações culturais, Redes Sociais dos Municípios, entre outras entidades).

Também nesta área o IEFOP e a Segurança Social serão chamados a articular a sua ação no território da AMP, nomeadamente no que se refere ao à promoção do trabalho socialmente necessário.

Na educação, a rede de parcerias é também diversificada institucionalmente de forma a cumprir as metas propostas: Municípios, Agrupamentos de Escolas e Escolas do ensino público, privado e cooperativo, Centros de Formação Profissional (IEFP), Centros de Formação de Associações de Escolas, Instituições de Ensino Superior, CPCJ.

No âmbito dos Riscos e Alterações Climáticas um particular papel fica reservado às autoridades da área da proteção civil e emergência.

Por fim, no que se refere aos regadios a DRAP/ Norte bem como as associações de regantes têm um papel incontornável na concretização dos investimentos previstos no Pacto de Desenvolvimento e Coesão territorial.